



AUTONOMIA DO PENSAMENTO E ACESSO AO SABER: CONTRIBUIÇÕES DE JOÃO DUNS SCOTUS E CHRISTINE DE PIZAN PARA A EDUCAÇÃO

AUTONOMY OF THOUGHT AND ACCESS TO KNOWLEDGE: CONTRIBUTIONS OF JOHN DUNS SCOTUS AND CHRISTINE DE PIZAN TO EDUCATION

Luana Kunzler¹

Claudionei Vicente Cassol²

Resumo: Este artigo analisa as contribuições filosóficas de Scotus e Pizan para a educação contemporânea, tendo como eixo a autonomia do pensamento e a ampliação do acesso ao saber. O objetivo consiste em analisar, nas obras de Scotus e Pizan, contribuições filosóficas relacionadas a questões educacionais atuais. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no método hermenêutico, com análise interpretativa de textos selecionados e de estudos contemporâneos. Os resultados indicam que Duns Scotus contribui ao afirmar a autonomia da razão e a liberdade da vontade, valorizando o sujeito como agente racional e moral. Christine de Pizan, por sua vez, destaca-se pela defesa do acesso das mulheres à educação e pela crítica às representações misóginas. Conclui-se que ambos oferecem fundamentos para pensar a educação como espaço de formação crítica, resistência e enfrentamento das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Educação; Duns Scotus; Christine de Pizan; Autonomia do pensamento.

Abstract: This article analyzes the philosophical contributions of Duns Scotus and Christine de Pizan to contemporary education, focusing on the autonomy of thought and the expansion of access to knowledge. The objective is to examine, through the works of Scotus and Pizan, philosophical contributions related to current educational issues. This is a qualitative, bibliographic study grounded in the hermeneutic method, involving interpretive analysis of selected texts and contemporary scholarship. The results indicate that Duns Scotus contributes by affirming the autonomy of reason and freedom of the will, emphasizing the individual as a rational and moral agent. Christine de Pizan, in turn, stands out for advocating women's access to education and challenging misogynistic representations. The study concludes that both thinkers provide important foundations for understanding education as a space for critical formation, resistance, and the confrontation of structural inequalities.

Keywords: Education; Duns Scotus; Christine de Pizan; Autonomy of thought.

1 Introdução

A educação contemporânea enfrenta desafios estruturais relacionados à formação da autonomia do pensamento, ao acesso democrático ao saber e à superação de práticas excludentes, historicamente naturalizadas nos sistemas educativos. Em um contexto

¹ Mestre em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Panambi, RS, Brasil. E-mail: luanakunzler@hotmail.com

² Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Frederico Westphalen, RS, Brasil. E-mail: cassol@uri.edu.br

marcado pela intensificação de discursos autoritários, pela hierarquização dos conhecimentos e pela persistência de desigualdades de gênero, torna-se necessário retomar fundamentos teóricos que permitam pensar a educação como espaço de formação crítica e emancipadora. Nesse horizonte, a filosofia medieval, frequentemente reduzida a uma tradição dogmática e homogênea, revela-se um campo fértil para a reflexão educacional, sobretudo quando se desloca o olhar dos cânones mais recorrentes.

A historiografia tradicional contribuiu para consolidar a imagem da Idade Média como um período de submissão intelectual à autoridade teológica, obscurecendo tensões internas e apagando produções que desafiaram, ainda que de modo sutil, as estruturas de poder vigentes. Essa leitura reducionista repercute diretamente no campo educacional, ao desconsiderar contribuições teóricas que problematizam a relação entre conhecimento, poder e sujeito. Revisitar autores e autoras marginalizados desse período não constitui um exercício meramente histórico, mas uma estratégia epistemológica para ampliar os referenciais que sustentam os debates educacionais na contemporaneidade.

É nesse movimento que se inserem João Duns Scotus (1266-1308) e Christine de Pizan (1363-1430). Embora situados em contextos distintos e ocupando lugares sociais profundamente desiguais, ambos elaboraram concepções que tensionam hierarquias do saber e oferecem fundamentos relevantes para pensar a educação como processo de formação intelectual autônoma. É fundamental explicitar que tais diferenças não são apenas circunstanciais, mas estruturais. João Duns Scotus atuava no interior da universidade medieval, espaço institucionalizado de produção do saber, formalmente vedado às mulheres, no qual o conhecimento se organizava sob rigor metodológico e autoridade teológica. Christine de Pizan, por sua vez, desenvolveu sua produção na Corte, ambiente marcado por relações políticas, simbólicas e culturais, no qual o acesso ao saber se dava de maneira indireta e não institucionalizada.

Apesar dessas distinções, ambos convergem para o campo educacional ao tensionarem os modos de acesso, legitimação e circulação do conhecimento. Nesse sentido, a noção de “vontade livre” em Scotus, ao afirmar a capacidade do sujeito de autodeterminação racional, oferece base conceitual para sustentar, em Pizan, a defesa da educação das mulheres como condição para o exercício dessa mesma autonomia. Assim, ainda que em contextos distintos, ambos contribuem para uma concepção de educação como prática formativa que articula liberdade, racionalidade e acesso ao saber.

Scotus, ao afirmar a autonomia relativa da razão e a liberdade da vontade humana, rompe com determinismos intelectuais e introduz uma compreensão do sujeito como



agente racional e moral, capaz de orientar seu próprio processo formativo. Tal concepção desloca a educação de uma lógica de mera transmissão de verdades para um exercício de reflexão crítica e responsabilidade intelectual.

De modo complementar, Christine de Pizan se insere nesse debate ao questionar a exclusão das mulheres do acesso ao saber e da produção intelectual. Sua obra, marcada por uma escrita estrategicamente velada, denuncia as representações misóginas que sustentaram a inferiorização feminina e reivindica a educação como condição para a dignidade, a autonomia e a participação social das mulheres. Ao afirmar a capacidade intelectual feminina e defender o direito das mulheres à educação, Pizan antecipa debates centrais sobre democratização do conhecimento e justiça educacional, ainda hoje presentes nas discussões pedagógicas e políticas.

Diante disso, o problema que orienta este artigo pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo as concepções filosóficas de João Duns Scotus e Christine de Pizan contribuem para a compreensão da educação como espaço de autonomia do pensamento e de ampliação do acesso ao saber? Parte-se da hipótese de que, embora historicamente marginalizados, os pensamentos desses autores oferecem elementos conceituais relevantes para enfrentar desafios educacionais contemporâneos, especialmente no que se refere à formação crítica do sujeito e à superação de exclusões estruturais.

O objetivo do estudo consiste em analisar, a partir das obras de Scotus e Pizan, contribuições filosóficas que dialogam com questões educacionais atuais, com ênfase na autonomia intelectual e na democratização do conhecimento. Para tanto, adota-se uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no método hermenêutico, centrada na interpretação de textos selecionados dos autores e de comentadores contemporâneos da filosofia e da educação.

Ao recuperar essas contribuições, o artigo busca demonstrar que a educação, entendida como prática formativa e política, encontra na filosofia medieval limites históricos e fundamentos críticos que permanecem atuais. Assim, pretende-se evidenciar que o pensamento de Scotus e Pizan possibilita compreender a educação como espaço de resistência sutil às hierarquias do saber, às relações assimétricas de poder e às exclusões de gênero, reafirmando a pertinência de aportes medievais para os debates educacionais da contemporaneidade.



2 Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no método hermenêutico, adequada à análise de produções filosóficas e educacionais situadas historicamente. A opção pela abordagem qualitativa se justifica pela centralidade da interpretação dos sentidos, conceitos e argumentos presentes nas obras de João Duns Scotus e Christine de Pizan, bem como de seus comentadores contemporâneos, não sendo o objetivo do estudo quantificar dados, mas compreender significados e articulações teóricas (Minayo, 2014).

A pesquisa bibliográfica foi adotada como procedimento metodológico principal, uma vez que o *corpus* de análise é constituído por textos filosóficos primários e secundários. Conforme Severino (2017), esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador estabelecer um diálogo crítico com produções já sistematizadas, possibilitando a reconstrução conceitual de um tema a partir de diferentes perspectivas teóricas. No presente artigo, foram selecionadas obras clássicas de Scotus e Pizan, bem como estudos contemporâneos da filosofia, da educação e dos estudos de gênero, priorizando produções recentes que dialogam com as problemáticas da autonomia do pensamento e da democratização do saber.

O método hermenêutico orienta a análise dos textos, compreendido aqui como um procedimento interpretativo que busca apreender os sentidos das obras a partir de seu contexto histórico, linguístico e filosófico, sem desconsiderar as questões que emergem da contemporaneidade. A hermenêutica, nesse sentido, não se limita à interpretação literal dos textos, mas envolve um movimento dialógico entre o horizonte histórico dos autores analisados e as problemáticas atuais da educação. Segundo Gadamer (2015), a compreensão ocorre sempre na fusão de horizontes, isto é, no encontro entre o passado interpretado e as questões do presente, perspectiva que fundamenta a leitura proposta neste estudo.

A operacionalização do método ocorreu em três etapas articuladas. A primeira consistiu no levantamento e seleção das obras primárias de João Duns Scotus e Christine de Pizan, com destaque para textos que abordam, direta ou indiretamente, temas relacionados à razão, liberdade, educação e acesso ao saber. Na segunda etapa, foram selecionados comentadores clássicos e contemporâneos da filosofia medieval e da educação, priorizando estudos publicados nos últimos cinco anos, de modo a assegurar a



atualização teórica da análise. Essa etapa seguiu critérios de relevância temática, reconhecimento acadêmico e aderência ao problema de pesquisa (Creswell, 2014).

A terceira etapa envolveu a análise interpretativa dos textos selecionados, orientada por categorias analíticas previamente definidas a partir do objetivo do estudo: autonomia do pensamento, liberdade intelectual e ampliação do acesso ao saber. Essas categorias não foram aplicadas de forma rígida, mas utilizadas como eixos interpretativos que permitiram identificar convergências e tensões entre as obras analisadas. Conforme Flick (2020), na pesquisa qualitativa, as categorias devem funcionar como instrumentos flexíveis, capazes de se reconfigurar ao longo do processo interpretativo.

A escolha dessa metodologia se mostra coerente com o objeto de estudo, pois tanto Scotus quanto Pizan elaboram suas críticas de maneira sutil, indireta e profundamente contextualizada. A hermenêutica possibilita captar essas nuances discursivas, evitando leituras anacrônicas ou reducionistas. Além disso, a pesquisa bibliográfica permite evidenciar como essas produções, embora situadas na Idade Média, oferecem fundamentos conceituais relevantes para os debates educacionais contemporâneos, especialmente no que se refere à formação crítica do sujeito e à superação de exclusões estruturais.

Dessa forma, a metodologia adotada sustenta a análise proposta e reafirma a educação como campo interdisciplinar, no qual a filosofia, a história e a pedagogia dialogam na construção de interpretações críticas sobre o saber, a autonomia intelectual e a justiça educacional.

3 Christine de Pizan: feminismo velado, educação e autonomia do pensamento

Ao se abordar o pensamento filosófico medieval, especialmente no campo da educação, a historiografia tradicional tende a reproduzir um cânone quase exclusivamente masculino. Tal recorte não é casual, mas resultado de uma construção historiográfica que, por séculos, invisibilizou as contribuições intelectuais das mulheres, reforçando a ideia de que a produção erudita feminina seria inexistente antes da Modernidade. Como observam Costa e Costa (2019), consolidou-se a noção de que apenas a partir do período moderno seria possível identificar a presença de mulheres no campo do pensamento sistemático. Segundo os autores, “é corrente afirmar-se que, antes da chamada Modernidade, não há registros de mulheres na construção do pensamento erudito” (Costa; Costa, 2019, p. 11).



Essa afirmação, embora difundida, não resiste a uma análise histórica mais atenta. Ainda que em condições extremamente restritivas, as mulheres estiveram presentes na construção do pensamento ocidental desde a Antiguidade, seja de forma direta, seja mediada por práticas educativas, religiosas ou literárias. Contudo, é na Idade Média que essa presença ganha um contorno singular com Christine de Pizan, cuja obra rompe, ainda que de modo cauteloso e estrategicamente velado, com os limites impostos à produção intelectual feminina. Sua trajetória constitui um ponto de inflexão na história da educação e do pensamento, sobretudo por articular saber, escrita e crítica social em um contexto profundamente hierarquizado e misógino.

Pizan figura como uma das primeiras escritoras profissionais da Europa ocidental, destacando-se por articular uma crítica às representações misóginas dominantes e por defender implicitamente uma concepção de educação vinculada à autonomia do pensamento. Em um contexto social e cultural que restringia o acesso das mulheres ao saber formal, sua produção intelectual tensiona os discursos hegemônicos sobre gênero e conhecimento, abrindo espaço para uma reflexão sobre educação que antecipa preocupações contemporâneas sobre inclusão e igualdade. A obra *Le Livre de la Cité des Dames* (A Cidade das Damas) constitui o exemplo mais sistemático desse projeto, no qual Pizan constrói uma alegoria de uma cidade feminina que simboliza o reconhecimento do valor e da capacidade intelectual das mulheres. Essa construção alegórica busca desconstruir estereótipos e afirmar que a exclusão das mulheres do saber não decorre de natureza inferior, mas de práticas sociais e epistemológicas históricas (Santos, 2021).

O caráter crítico dessa obra não se esgota na metáfora. Ao envolver três figuras alegóricas, Razão, Retidão e Justiça, Pizan contesta diretamente as representações literárias androcêntricas que sustentavam a inferioridade feminina. A primeira, Razão, é convocada para defender que as mulheres possuem, como os homens, capacidades racionais e morais para participar do universo do conhecimento. Ao identificar exemplos históricos de mulheres notáveis e construir uma narrativa alternativa, a autora desafia a tradição literária de sua época e reconfigura a educação como um processo de formação intelectual que deve ser acessível a todos, independentemente do gênero (Santos, 2021).

Essa perspectiva é reforçada quando Christine de Pizan (2000) explicita, por meio da voz alegórica da Razão, que a inferioridade atribuída às mulheres não possui fundamento natural, mas resulta da ausência de oportunidades educacionais: “*Si c’était la coutume d’envoyer les petites filles à l’école et de leur enseigner méthodiquement les sciences, comme on le fait pour les garçons, elles apprendraient et comprendraient les*



*difficultés de tous les arts et de toutes les sciences tout aussi bien qu'eux*³” (Pizan, 2000, p. 91). O excerto evidencia que a autora denuncia a exclusão feminina e estabelece uma relação direta entre educação e desenvolvimento intelectual, antecipando discussões contemporâneas sobre igualdade de acesso ao conhecimento.

A produção de Christine de Pizan pode ser compreendida à luz dos debates da *querelle des femmes*, um longo diálogo intelectual que contestou concepções misóginas e reivindicou espaços argumentativos para as mulheres no Ocidente. Segundo pesquisa recente, sua participação ativa nessa *querelle* expôs críticas aos discursos predominantes e estabeleceu formas de construção de autoridade intelectual que rompem, ainda que de maneira velada, com as limitações impostas às mulheres nos espaços de saber medievais (Santos, 2023).

Christine de Pizan nasceu em 1365, em Veneza, filha de Tommaso di Benvenuto da Pizano, professor da Universidade de Bolonha. Ainda na infância, mudou-se com a família para a França, após seu pai ser convidado para atuar como conselheiro, astrólogo e médico pessoal do rei Carlos V. Esse deslocamento geográfico teve implicações decisivas para sua formação intelectual (Pacheco, 2016). Conforme destaca Pacheco (2016), a posição ocupada por Tommaso na corte francesa foi determinante para que Christine tivesse acesso a uma educação formal, algo praticamente vedado às mulheres de sua época. Esse dado biográfico não deve ser lido como mera curiosidade histórica, mas como um elemento estrutural para a compreensão do pensamento de Christine de Pizan. O acesso ao latim, à filosofia e à biblioteca real, permitiu-lhe transitar por textos clássicos e contemporâneos, construindo um repertório intelectual incomum para uma mulher medieval. Trata-se, portanto, de um caso exemplar de como o acesso ao saber opera como condição material da autonomia do pensamento, eixo central que dialoga diretamente com o problema que orienta este artigo.

Ao frequentar a biblioteca do rei Carlos V, Christine teve contato com obras de filosofia, história, moral, política e literatura, o que se reflete na diversidade temática de sua produção. Ao longo de sua vida, escreveu mais de quarenta obras, entre poemas, tratados morais, textos políticos e escritos alegóricos, dentre os quais se destacam *Enseignements moraux* (1395), *L'Épître au Dieu d'amours* (1399), *Le Chemin de long estude* (1403), *Le Livre des fais et bonnes meurs du sage roy Charles V* (1404) e,

³ “Se fosse costume enviar as meninas à escola e ensinar-lhes metodicamente as ciências, como se faz com os meninos, elas aprenderiam e compreenderiam as dificuldades de todas as artes e de todas as ciências tão bem quanto eles” (tradução nossa).

sobretudo, *Le Livre de la cité des dames* (1405). Essa última obra se consolidou como seu texto mais conhecido e mais amplamente estudado, tornando-se referência incontornável para a história das mulheres e para os debates contemporâneos sobre gênero, educação e justiça social.

No excerto a seguir, retirado d’*O Livro da Cidade das Damas*, evidencia-se o desejo de Christine de Pizan por uma organização social na qual as mulheres possam exercer protagonismo político e intelectual, ainda que esse desejo seja formulado por meio de um recurso alegórico e histórico:

A história te ensina que o reino da Amazônia foi outrora estabelecido graças à iniciativa das numerosas mulheres cheias de coragem, que desprezavam a condição de escravas. Elas o mantiveram, durante muito tempo, sob o império sucessivo de diferentes rainhas: eram damas muito ilustres, eleitas por elas e que as governavam sabiamente, governando o Estado em toda sua potência (Pizan, 2012, p. 67).

Esse trecho é emblemático por revelar uma concepção de autoridade feminina fundada não na exceção, mas na capacidade racional e política das mulheres. Ainda que ancorada em um relato mítico, a narrativa cumpre uma função pedagógica e política clara, a de demonstrar que a inferiorização feminina não é natural, mas histórica e culturalmente construída. Assim, a obra de Christine de Pizan contribui para a compreensão da educação como espaço de ampliação do acesso ao saber e de formação intelectual autônoma, na medida em que reivindica, ainda que implicitamente, o direito das mulheres ao conhecimento e à participação pública.

Pacheco (2016, p. 111) ressalta que “O acesso à educação para as mulheres foi uma das principais bandeiras levantadas em algumas de suas obras”. Essa defesa não se limita a uma reivindicação abstrata, mas está diretamente vinculada à crítica da misoginia intelectual que atribuía às mulheres incapacidade racional e moral.

Nesse ponto, as leituras contemporâneas de Christine de Pizan exigem cautela metodológica. Como adverte Schmidt (2023, p. 1), a pergunta “pode uma escritora medieval ser feminista?” não deve ser respondida de maneira anacrônica, sob pena de projetar categorias modernas sobre contextos históricos radicalmente distintos. A autora argumenta que o uso do termo “feminismo” para caracterizar Christine de Pizan deve ser compreendido como um recurso analítico, e não como uma identificação histórica direta. Trata-se, portanto, de reconhecer em sua obra elementos que dialogam com a crítica feminista contemporânea, sem desconsiderar os limites impostos por seu tempo.

Essa mesma preocupação aparece na análise de Azevedo (2024), ao discutir se Christine de Pizan pode ser considerada uma feminista medieval. Para a autora, o valor

da obra de Pizan não reside na adoção explícita de uma agenda feminista, inexistente como tal na Idade Média, mas na construção de uma crítica sistemática aos discursos misóginos e na afirmação da capacidade intelectual das mulheres. Trata-se de um feminismo possível, historicamente situado, que opera por meio da escrita, da educação e da argumentação racional.

Godayol (2024), ao caracterizar *A Cidade das Damas* como a primeira utopia feminista da história, enfatiza o caráter inovador da obra ao imaginar um espaço simbólico no qual as mulheres são reconhecidas como sujeitas do saber e da política. Embora o termo “utopia” deva ser usado com prudência, a leitura de Godayol (2024) reforça a dimensão pedagógica do texto de Christine de Pizan, ao construir uma cidade ideal, a autora oferece um modelo alternativo de organização social, fundado no reconhecimento da dignidade intelectual feminina.

É precisamente nesse ponto que a obra de Christine de Pizan dialoga com questões educacionais contemporâneas. Ao defender o acesso das mulheres ao saber, ao afirmar sua capacidade racional e ao criticar a exclusão intelectual baseada no gênero, Pizan antecipa debates centrais sobre democratização do conhecimento e autonomia do pensamento. Ainda que sua escrita se mantenha dentro dos limites sociais de seu tempo, sua estratégia discursiva revela uma compreensão sofisticada do papel da educação como instrumento de transformação social.

Segundo Pacheco (2016), essa postura cautelosa foi fundamental para que suas obras não fossem censuradas. A autora destaca que Christine de Pizan soube adaptar sua crítica ao contexto histórico em que vivia, evitando rupturas explícitas com a ordem social estabelecida. “Apesar da diversidade de temas abordados por Christine de Pizan nas suas obras, um dos traços mais marcantes nela era a defesa da mulher, contudo sem nunca tentar romper com os limites da própria sociedade em que estava inserida” (Pacheco, 2016, p. 110).

Essa característica não deve ser interpretada como conformismo, mas como inteligência política e pedagógica. Ao operar dentro do sistema simbólico de sua época, Christine de Pizan conseguiu inserir, de maneira duradoura, uma crítica à misoginia e uma defesa do acesso feminino ao saber. Sua obra inaugura, assim, uma linhagem de pensamento que compreende a educação como espaço de disputa simbólica e como condição para a autonomia intelectual.

Dessa forma, mesmo em um contexto de controle rígido da produção do conhecimento, Christine de Pizan demonstra que a educação pode funcionar como



engrenagem das mudanças sociais. Seu legado ultrapassa os limites da literatura medieval e se projeta como referência para reflexões contemporâneas sobre igualdade, acesso ao saber e formação intelectual autônoma. Sua obra contribui para a compreensão da educação não apenas como transmissão de conteúdos, mas como prática emancipadora, capaz de ampliar horizontes e questionar estruturas de exclusão historicamente consolidadas.

4 Filosofia de Scotus: Sutil Oposição

Ainda no contexto da Idade Média, destaca-se a figura de João Duns Scotus, filósofo, teólogo e educador cuja produção intelectual se desenvolveu em um cenário profundamente marcado pela hegemonia do pensamento escolástico e pela centralidade da autoridade teológica. Assim como Pizan, Scotus precisou adotar estratégias discursivas cuidadosas para expor ideias que, embora formuladas com rigor conceitual, tensionavam os limites estabelecidos pelas estruturas de poder intelectual de seu tempo. Nascido na Escócia e integrante da Ordem Franciscana, Scotus recebeu formação acadêmica formal e se destacou como professor em importantes centros universitários europeus, como Oxford e Paris, o que lhe conferiu legitimidade institucional para desenvolver um pensamento crítico de alta densidade filosófica (Reale; Antiseri, 2003).

Ele se formou e trabalhou nos dois maiores centros de estudo da época: Oxford e Paris. Na universidade de Oxford, caracterizada pela tradição 'científica' de Grosseteste, Roger Bacon e Peckham, ele aprendeu uma concepção extremamente rigorosa de 'procedimento demonstrativo'. Em Paris, centro de polêmica entre tomistas, averroístas e agostinianos, ele amadureceu a necessidade de ir além daqueles contrastes, baseando-se, por um lado, na autonomia e nos limites da filosofia e, por outro, no âmbito específico e na riqueza dos problemas da teologia (Reale; Antiseri, 2003, p. 277).

Essa posição se revela particularmente relevante quando analisada à luz das problemáticas educacionais contemporâneas, sobretudo no que se refere à autonomia do pensamento e à formação crítica do sujeito. Ao sustentar que a filosofia possui objeto e método próprios, distintos daqueles da teologia, Scotus estabelece uma distinção epistemológica que, ainda que formulada em termos medievais, oferece subsídios conceituais para pensar a educação como espaço de desenvolvimento racional autônomo, e não como mera reprodução de verdades estabelecidas. Tal perspectiva se contrapõe a modelos educativos baseados exclusivamente na autoridade e na transmissão acrítica do saber, reafirmando a centralidade da razão humana como instância legítima de conhecimento (Reale; Antiseri, 2003).

A amplitude temática das obras scotistas, que abrangem ética, lógica, metafísica, epistemologia e teologia, evidencia um pensamento comprometido com a complexidade da experiência humana e com a necessidade de formação intelectual sólida. No campo ético, Scotus desenvolveu uma reflexão consistente sobre a liberdade da vontade, articulada de maneira inseparável ao papel do intelecto.

Destacando a força-guia da vontade e a sua autodeterminação, Scoto não cai no arbitrarismo. Como pode a vontade amar o que ignora? A luz do intelecto é necessária, mas não determinante. Se para curar-me de mal-estar é necessário que eu conheça os remédios adequados, o ato de tomá-los não é necessário, mas livre, porque posso preferir a morte à vida. Se os tomo, o ato livre será também racional, no sentido que alcanço a meta com os meios que a ciência põe à minha disposição (Reale; Antiseri, 2003, p. 285).

A articulação entre intelecto e vontade tem implicações diretas para uma concepção educativa que valoriza a autonomia do sujeito. Scotus sustenta que a luz do intelecto é condição necessária para que a vontade possa se orientar adequadamente, mas não suficiente para determiná-la. O conhecimento informa a ação, mas não a impõe. Esse entendimento afasta tanto o determinismo quanto o voluntarismo radical, propondo uma síntese na qual a liberdade humana se exerce no interior de um horizonte racional. Tal concepção fundamenta uma visão de educação comprometida com o desenvolvimento da capacidade de julgar, deliberar e decidir, elementos centrais para a formação crítica e ética do indivíduo (Reale; Antiseri, 2003). Essa posição é explicitada de maneira exemplar no trecho em que Scotus (2008) argumenta que a liberdade da vontade não se define pelas condições intrínsecas do intelecto, mas pela possibilidade de agir em relação às coisas factíveis, ou seja, àquilo que pode ser realizado ou não pela ação humana.

Portanto, quando argumentas ‘se a vontade não pode não querer que o intelecto teorize, logo não é sumamente livre’, não se segue, porque a liberdade dele não é quanto às coisas intrínsecas (as quais como que precedem o ato dela), mas a liberdade dele é com respeito a todas as coisas factíveis... (Scotus, 2008, p. 184).

Ao afirmar que a liberdade se exerce na escolha racional dos meios em direção a fins possíveis, Scotus (2008) confere ao conhecimento um papel decisivo na constituição da autonomia, sem, contudo, reduzir a liberdade à mera racionalidade instrumental.

Tal concepção é aprofundada quando Scotus (2008) afirma que a vontade possui domínio sobre seus próprios atos, não estando absolutamente determinada pelo intelecto: “[...] *cum modo principiandi voluntatis non stat modus principiandi naturae; sed libere voluntas vult finem, ergo non potest necessitate naturali velle finem, nec per consequens*

aliquo modo necessario.⁴” (Scotus, 1950, p. 60). Essa afirmação reforça a ideia de que a autonomia não se reduz ao conhecimento, mas implica a capacidade de decisão, elemento central para uma concepção educacional voltada à formação de sujeitos livres e responsáveis.

No âmbito teológico, Scotus também se posiciona de forma crítica e inovadora, como se observa em sua *defesa da Imaculada Conceição de Maria*, tese que, embora posteriormente adotada como dogma pela Igreja Católica, enfrentou resistências significativas em seu tempo. Essa postura evidencia a capacidade do filósofo de sustentar posições intelectualmente ousadas sem romper abertamente com a estrutura institucional vigente, o que reforça o caráter sutil de sua oposição. Tal habilidade discursiva aproxima Scotus de Pizan, na medida em que ambos elaboram críticas profundas a partir de estratégias argumentativas refinadas, capazes de evitar sanções diretas sem abdicar do rigor intelectual (Reale; Antiseri, 2003).

A chamada “sutileza” do pensamento scotista não deve ser interpretada como obscuridade ou evasão conceitual, mas como uma forma elevada de precisão filosófica. Scotus se destaca por sua capacidade de operar distinções minuciosas, explorando nuances conceituais que escapavam a muitos de seus contemporâneos. Essa habilidade permitiu-lhe tratar de questões centrais do período medieval, como a relação entre filosofia e teologia, sem se alinhar plenamente a nenhuma das correntes dominantes, evitando tanto a subordinação da filosofia à teologia quanto sua absorção total por ela (Reale; Antiseri, 2003).

No debate entre razão e fé, Scotus rejeita tanto a tentativa dos agostinianos de sufocar a filosofia pela teologia quanto o esforço dos tomistas de buscar uma concordância forçada entre ambas. Para ele, essas posições decorrem de um rigor metodológico insuficiente e de uma confusão entre os âmbitos de investigação. Ao propor a distinção clara entre filosofia e teologia, Scotus afirma que cada campo possui finalidades e métodos próprios.

A filosofia não melhora se posta sob a tutela da teologia, nem essa se torna mais rigorosa e persuasiva se utilizar os instrumentos e tender aos mesmos fins que a filosofia. A pretensão dos aristotélicos avicenistas e averroístas de sufocar a teologia com a filosofia, a tentativa de agostinianos de sufocar a filosofia com a teologia e a orientação dos tomistas de buscar a qualquer custo a concordância entre razão e fé, entre a filosofia e a teologia, se explicam, segundo Escoto, pelo rigor insuficiente com que essas teses e perspectivas são propostas (Reale; Antiseri, 2003, p. 278).

⁴ “[...] o modo de operar da natureza não coexiste com o modo de operar da vontade. Ora, a vontade quer o fim livremente; logo, não pode querê-lo por necessidade natural, nem, por conseguinte, de modo algum necessário” (Tradução nossa).



Do ponto de vista educacional, essa separação metodológica tem implicações significativas. Ao reconhecer a autonomia da filosofia, Scotus contribui para a compreensão da educação como espaço plural de saberes, no qual diferentes formas de conhecimento coexistem sem que uma delas anule as demais. Tal perspectiva favorece a formação de sujeitos capazes de transitar criticamente entre distintos campos do saber, compreendendo seus limites, métodos e possibilidades, o que se alinha a concepções contemporâneas de educação democrática e emancipatória (Dumont *et al.*, 2024).

Estudos recentes têm ressaltado a atualidade do pensamento scotista, especialmente no que se refere à sua epistemologia e à teoria da liberdade. Pesquisas contemporâneas indicam que a defesa da capacidade natural do intelecto humano para alcançar conhecimento seguro, sem dependência de iluminação divina especial, antecipa debates modernos sobre autonomia cognitiva e racionalidade crítica. Essa leitura reforça a pertinência de Scotus para reflexões atuais sobre educação, sobretudo em contextos que demandam a superação de modelos autoritários de ensino e a valorização do pensamento reflexivo (Dumont *et al.*, 2024).

Além disso, a tradição scotista tem sido revisitada por autores contemporâneos interessados em compreender os fundamentos históricos da noção de autonomia individual. A ênfase de Scotus na liberdade da vontade, aliada à centralidade do conhecimento racional, oferece um quadro conceitual robusto para pensar a formação do sujeito como processo ético e intelectual. Nessa perspectiva, educar significa possibilitar ao indivíduo adquirir conhecimentos e desenvolver a capacidade de orientar suas ações de maneira consciente e responsável, enfrentando criticamente as estruturas sociais e epistemológicas que limitam o acesso ao saber (John Duns Scotus, 2025).

Ao considerar o problema que orienta este artigo, torna-se evidente que o pensamento scotista oferece elementos decisivos para essa reflexão. Sua defesa da autonomia da razão, da liberdade racional da vontade e da distinção metodológica entre campos do saber constitui uma base teórica consistente para enfrentar desafios educacionais contemporâneos, especialmente aqueles relacionados à formação crítica do sujeito e à superação de exclusões estruturais historicamente naturalizadas (Reale; Antiseri, 2003).

Assim como Pizan, Scotus ocupa um lugar singular na história do pensamento ocidental, não promove rupturas abruptas, mas opera deslocamentos conceituais profundos, capazes de reconfigurar silenciosamente as bases do saber. Sua sutil oposição às hierarquias epistemológicas de seu tempo marcou o desenvolvimento da filosofia

medieval e deixou um legado que permanece relevante para pensar a educação como prática formativa, política e emancipatória. Ao reconhecer a centralidade do conhecimento racional e da liberdade humana, Scotus contribui para uma concepção de educação que não se limita à adaptação do indivíduo à ordem existente, mas que possibilita a construção crítica de novos horizontes de sentido e de ação (Scotus, 2008; Dumont *et al.*, 2024).

A partir do método comparativo, torna-se possível identificar diferenças contextuais entre João Duns Scotus e Christine de Pizan, mas, sobretudo, pontos de convergência que sustentam a relevância de ambos para o campo educacional. Ainda que não existam registros históricos que indiquem que Pizan tenha tido contato com a obra de Scotus, suas produções revelam aproximações conceituais significativas, especialmente no que se refere à autonomia do sujeito e ao papel do conhecimento na formação humana.

Enquanto Scotus elabora, em âmbito filosófico, a defesa da liberdade da vontade como princípio estruturante da ação humana, Pizan traduz, no campo social e político, a necessidade de garantir às mulheres condições concretas para o exercício dessa liberdade, por meio do acesso à educação. Em outras palavras, o que em Scotus aparece como fundamento ontológico da autonomia, em Pizan se manifesta como reivindicação histórica e pedagógica.

Ambos também convergem ao tensionar estruturas hegemônicas do saber. Scotus, ao distinguir filosofia e teologia, rompe com a subordinação epistemológica e legitima a razão como instância autônoma. Pizan, por sua vez, ao questionar a exclusão feminina, desafia a autoridade discursiva masculina e reivindica a inclusão das mulheres no campo do conhecimento. Em ambos os casos, trata-se de deslocamentos que ampliam as possibilidades de acesso ao saber e redefinem quem pode ser reconhecido como sujeito do conhecimento.

Dessa forma, ainda que situados em contextos distintos e sem evidência de influência direta, Scotus e Pizan dialogam no plano das ideias ao contribuírem para uma concepção de educação centrada na autonomia, na racionalidade e na ampliação do acesso ao saber.

5 Considerações finais

Este artigo partiu da inquietação acerca dos desafios contemporâneos enfrentados pela educação, especialmente no que se refere à autonomia do pensamento e à ampliação



do acesso ao saber em contextos historicamente marcados por hierarquias epistemológicas e exclusões estruturais. Ao retomar a filosofia medieval como campo legítimo de reflexão educacional, buscou-se deslocar leituras reducionistas que associam esse período a uma produção homogênea, dogmática e acrítica. Nesse movimento, João Duns Scotus e Christine de Pizan foram tomados como interlocutores privilegiados para pensar a educação como espaço de formação intelectual autônoma, resistência sutil e disputa simbólica do conhecimento.

O problema que orientou o estudo foi: de que modo as concepções filosóficas de João Duns Scotus e Christine de Pizan contribuem para a compreensão da educação como espaço de autonomia do pensamento e de ampliação do acesso ao saber?, o qual se mostrou produtivo ao longo da análise. A investigação evidenciou que, embora situados em contextos distintos e ocupando posições sociais desiguais, ambos os autores elaboraram concepções que tensionam estruturas hegemônicas do saber e oferecem fundamentos teóricos relevantes para os debates educacionais contemporâneos. Assim, o problema de pesquisa foi respondido ao demonstrar que tanto Scotus quanto Pizan contribuem para uma compreensão da educação que ultrapassa a lógica da mera transmissão de conteúdos, afirmando o sujeito como agente racional, moral e político.

No caso de João Duns Scotus, a análise evidenciou que sua defesa da autonomia relativa da razão e da liberdade da vontade humana constitui um aporte significativo para pensar a educação como processo formativo centrado no desenvolvimento da capacidade de julgar, deliberar e agir de forma consciente. Ao distinguir os âmbitos da filosofia e da teologia, Scotus afirma a legitimidade da racionalidade filosófica como esfera autônoma de produção do conhecimento, o que implica reconhecer o intelecto humano como capaz de alcançar verdades sem subordinação absoluta à autoridade. Essa concepção rompe com determinismos intelectuais e oferece subsídios para uma educação comprometida com a formação crítica do sujeito, aspecto central para enfrentar práticas educativas autoritárias ainda presentes na contemporaneidade.

A articulação entre intelecto e vontade, tal como desenvolvida por Scotus, revelou-se particularmente fecunda para o campo educacional. Ao sustentar que o conhecimento orienta, mas não determina a ação, o filósofo propõe uma compreensão da liberdade como ato racional, no qual o sujeito é responsável por suas escolhas. Essa perspectiva fundamenta uma concepção de educação que valoriza a autonomia intelectual sem desconsiderar a dimensão ética da formação, contribuindo para pensar processos



educativos que promovam a aquisição de saberes e a constituição de sujeitos capazes de agir criticamente no mundo.

Christine de Pizan, por sua vez, contribui de maneira decisiva para a ampliação do debate ao introduzir a questão do acesso ao saber sob a perspectiva de gênero. Sua obra evidencia que a exclusão das mulheres da educação formal não decorre de incapacidade intelectual, mas de construções sociais e discursivas que historicamente naturalizaram a inferiorização feminina. Ao denunciar representações misóginas e afirmar a capacidade racional das mulheres, Pizan antecipa debates contemporâneos sobre democratização do conhecimento, justiça educacional e igualdade de gênero, reafirmando a educação como condição material da autonomia do pensamento.

A análise de *A Cidade das Damas* permitiu compreender a escrita alegórica de Pizan como estratégia pedagógica e política. Ao construir uma narrativa alternativa na qual mulheres ocupam lugares de autoridade intelectual e moral, a autora contesta discursos hegemônicos de seu tempo e propõe uma concepção de educação como prática emancipadora. Ainda que sua crítica se mantenha dentro dos limites sociais da Idade Média, sua obra inaugura um modo de resistência sutil que se revela extremamente atual diante das persistentes desigualdades de acesso ao saber.

Nesse sentido, o objetivo do estudo, analisar, a partir das obras de Scotus e Pizan, contribuições filosóficas que dialogam com questões educacionais atuais, com ênfase na autonomia intelectual e na democratização do conhecimento, foi alcançado. A análise demonstrou que ambos os autores oferecem fundamentos conceituais consistentes para pensar a educação como espaço de formação crítica e enfrentamento das exclusões estruturais. Scotus contribui ao afirmar a autonomia da razão e a liberdade da vontade, enquanto Pizan se destaca pela defesa do acesso das mulheres ao saber e pela crítica às hierarquias de gênero que sustentaram a exclusão intelectual feminina.

A metodologia adotada se mostrou adequada aos objetivos propostos. A pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no método hermenêutico, permitiu apreender os sentidos das obras analisadas a partir de seus contextos históricos e filosóficos, sem perder de vista as problemáticas contemporâneas da educação. A hermenêutica possibilitou captar as nuances discursivas e as estratégias argumentativas sutis empregadas por Scotus e Pizan, evitando leituras anacrônicas ou simplificadoras. Além disso, a articulação entre textos primários e comentadores contemporâneos assegurou densidade teórica e atualização do debate.

Entretanto, é importante reconhecer as lacunas da pesquisa. A análise se concentrou em um recorte específico das obras de Scotus e Pizan, privilegiando textos e conceitos diretamente relacionados à autonomia do pensamento e ao acesso ao saber. Outros aspectos relevantes de suas produções, como implicações políticas mais amplas, relações com instituições educativas concretas ou diálogos com outros autores medievais, não foram explorados de maneira aprofundada. Além disso, o estudo não realizou uma comparação sistemática com pensadores de outros períodos históricos, o que poderia ampliar ainda mais o alcance das reflexões propostas.

Outro limite se refere à própria natureza da pesquisa bibliográfica. Embora permita uma análise conceitual rigorosa, esse tipo de investigação não contempla a dimensão empírica dos processos educativos contemporâneos. Assim, as contribuições de Scotus e Pizan foram analisadas em nível teórico, sem articulação direta com práticas pedagógicas atuais ou com políticas educacionais específicas. Essa escolha metodológica foi coerente com o objetivo do estudo, mas aponta para possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras.

Apesar dessas lacunas, os benefícios da metodologia eleita são evidentes. A abordagem hermenêutica permitiu ressignificar a filosofia medieval como campo vivo de reflexão educacional, demonstrando que aportes teóricos historicamente marginalizados podem oferecer respostas relevantes a problemas atuais. Ao recuperar Scotus e Pizan, o estudo contribui para ampliar o cânone filosófico-educacional e para questionar narrativas historiográficas que excluam vozes dissidentes ou subalternizadas.

É fundamental destacar que o presente artigo não esgota o tema. Ao contrário, busca abrir caminhos para novas investigações que aprofundem o diálogo entre filosofia medieval e educação contemporânea. Estudos futuros podem explorar, por exemplo, a relação entre as concepções de Scotus e Pizan e teorias educacionais críticas modernas, bem como analisar a recepção desses autores em currículos de formação docente. Pesquisas comparativas envolvendo outros pensadores e pensadoras marginalizados da história da educação também podem contribuir para uma compreensão mais plural e democrática do saber.

Além disso, investigações empíricas que articulem os fundamentos teóricos aqui discutidos com práticas educativas concretas podem ampliar a compreensão do potencial emancipador da educação. A análise das contribuições de Scotus e Pizan para políticas de inclusão, currículos críticos e práticas pedagógicas voltadas à autonomia intelectual constitui um campo promissor para pesquisas interdisciplinares.



Ao recuperar as contribuições de João Duns Scotus e Christine de Pizan, este artigo reafirma a educação como espaço de resistência sutil, formação crítica e disputa pelo acesso ao saber. Ambos os autores demonstram que a autonomia do pensamento não se constrói por rupturas abruptas, mas por deslocamentos conceituais profundos, capazes de questionar hierarquias e ampliar horizontes de possibilidade. Assim, a filosofia medieval, longe de ser um legado ultrapassado, revela-se um terreno fértil para pensar os desafios educacionais do presente e do futuro.

Em termos comparativos, torna-se evidente que Scotus e Pizan operam em níveis distintos, porém complementares, da reflexão educacional. Scotus oferece o fundamento filosófico da autonomia ao conceber a liberdade da vontade como princípio constitutivo do sujeito racional, enquanto Pizan evidencia as condições históricas e sociais necessárias para que essa autonomia se efetive, especialmente no que se refere ao acesso das mulheres ao saber. Essa articulação permite compreender que não há autonomia sem condições materiais e simbólicas de acesso ao conhecimento, assim como não há educação emancipadora sem o reconhecimento da liberdade intelectual do sujeito.

Desse modo, a contribuição conjunta desses autores possibilita uma leitura ampliada da educação como processo de formação racional e como prática política de inclusão e transformação social. A análise comparativa evidencia que a autonomia do pensamento, longe de ser um dado natural, constitui-se na intersecção entre estruturas cognitivas, condições históricas e disputas pelo acesso ao saber, aspecto que reforça a atualidade e a potência crítica do diálogo entre Scotus e Pizan.

Referências

AZEVEDO, C. Christine de Pizan: feminismo medieval? **Revista Cult**, São Paulo, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/christine-de-pizan-feminismo-medieval/>.

COSTA, M. R. N.; COSTA, R. F. **Mulheres intelectuais na idade média**: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 296 p.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 341p.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2020. 408 p.

GADAMER, H-G. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Flávio Paulo Meurer. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 631 p.



GODAYOL, P. Christine de Pizan, la autora de la primera utopía feminista de la historia.

Conversación sobre la Historia, 7 mar. 2024. Disponível em:

<https://conversacionsobrehistoria.info/2024/03/08/christine-de-pizan-la-autora-de-la-primera-utopia-feminista-de-la-historia/>.

JOHN DUNS SCOTUS. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, 15 dez.

2025. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/duns-scotus/>.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2014. 416 p.

PACHECO, J. (org.). **Filósofas**: a presença de mulheres na filosofia. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. 395 p.

PIZAN, C. **A cidade das damas**. Tradução: Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2012. 352 p.

PIZAN, C. **La cité des dames**. Texte traduit et présenté par Thérèse Moreau et Éric Hicks. 4. ed. Paris: Stock, 2000. 305 p.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: patrística e escolástica. 1. ed. Campinas, SP: Paulus, 2003. 360 p.

SANTOS, A. B. E. Auctoritas e autoria na escrita medieval: participação de Christine de Pizan na querelle des femmes. **Medievalis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 126-151, 2023.

<https://doi.org/10.55702/medievalis.v12i2.63155>.

SANTOS, A. B. E. Christine de Pizan e a educação de mulheres no alvorecer da modernidade.

Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 791-804, 2021.

<https://doi.org/10.12957/riae.2021.63429>.

SCHMIDT, A. R. Pode uma escritora medieval ser feminista? Um desafio metodológico a partir de Christine de Pizan. **Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – Anpof**, 15 mar. 2023. Disponível em:

<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/pode-uma-escritora-medieval-ser-feminista-um-desafio-metodologico-a-partir-de-christine-de-pizan>.

SCOTUS, J. D. **Opera Omnia – Vol. II**. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950. 459 p.

SCOTUS, J. D. **Textos sobre poder, conhecimento e contingência**. Tradução: Roberto

Hofmeister Pich. 1. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS/Edusf, 2008. 508 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2017. 320 p.

Recebido em: 14 de fevereiro de 2025.

Aceito em: 12 de julho de 2026.